

SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Claricia (Orgs.). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008. 376 p.

*Martin Norberto Dreher**

Por longo tempo banidos da Academia Brasileira, em decorrência do Positivismo e de um Marxismo mal digerido que nos dominavam, os estudos relativos à religião de maneira geral e ao cristianismo em particular encontraram lugar definitivo nos estudos universitários brasileiros, não só da parte de antropólogos e sociólogos, mas também de historiadores. Exemplo disso é o volume preparado por Rogério Luiz de Souza e Claricia Otto e que conta com contribuições de Riolando Azzi, Ivan Aparecido Manoel, Élio Cantalício Serpa, Paulo Pinheiro Machado, Sara Nunes, Michelle Maria Stakonski, Alceu Kasparly, Altamiro Antônio Kretzer, Camilo Buss Araújo, José Adilçon Campigoto, Caroline Jaques Cubas, Clarice Bianchezzi, Rangel de Oliveira Medeiros.

O resultado é plural, tanto no tocante às temáticas apresentadas quanto no que diz respeito às abordagens, mas também quanto à pluralidade que na atualidade está por detrás do conceito “catolicismo”. Assim, o título da coletânea de trabalhos faz jus ao conteúdo, mas também ao próprio catolicismo com o qual nos deparamos em Santa Catarina. Por outro lado, a coletânea é exemplar e sua montagem é mérito a ser creditado aos organizadores. Não só conseguiram organizar coletânea que nos leva dos primórdios do catolicismo em Santa Catarina até os dias atuais, mas permitem também ao leitor uma visão geral do catolicismo, no qual a Igreja Católica Apostólica Romana de Santa Catarina está inserida.

Além disso, por trás da coletânea há reflexão didático-pedagógica. Mesmo que ela não tenha sido expressa pelos organizadores, há preocupação em fornecer com o volume a possibilidade de introdução geral ao estudo do catolicismo. Por isso, consigo divisar professores universitários valendo-se desta obra para, com seu auxílio, realizar seminários introdutórios ao estudo do catolicismo e aos pressupostos teórico-metodológicos. O volume também será indispensável para aque-

* O recensor é Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS).



les professores de História da Igreja, atuantes em Faculdades de Teologia ou em Seminários Teológicos, que querem levar seus estudantes a uma compreensão mais acurada das razões de o catolicismo brasileiro ter as características que tem.

É óbvio que uma resenha jamais pode apresentar o todo de uma obra. Por isso, as pinceladas que seguem querem ser um aperitivo que convida à consulta e à leitura atenta do que resultou do esforço de Souza e Otto e dos autores por eles convidados para a aventura que foi a montagem do livro.

A contribuição de Riolando Azzi tem caráter introdutório. Verifica os esforços do catolicismo na transição entre Império e República para superar o catolicismo popular e moldar os crentes católicos no contexto das decisões do Concílio de Trento. São os primórdios da romanização. Depois, Azzi acentua a fundação de novas dioceses, consequência natural do projeto de romanização, no qual se passa do popular-devocional para o hierárquico-sacramental. Os esforços feitos no tocante à romanização são exemplificados nos aspectos da educação masculina e feminina, na vida familiar e na formação religiosa. Braço essencial à romanização, a formação das dioceses recebe destaque na segunda parte do estudo. Por intermédio delas, vai se expressar o zelo pela doutrina, pela disciplina e a presença da Cúria romana, em constante luta com o catolicismo popular. Nessas tarefas, contudo, os bispos mostram-se mais como representantes de “uma aristocracia decadente” em meio a uma sociedade em que valores democráticos buscavam romper com o protocolar, o que explica muitas contradições.

As contribuições que seguem podem ser consideradas observações mais detalhadas do texto introdutório de Azzi, mas também discussões, concordâncias e discordâncias de seus pressupostos, e é bom que assim seja. A Academia vive do debate e só ele proporciona novos avanços.

Ivan Aparecido Manoel vai destacar justamente a criação de paróquias e dioceses. Elas são fundamentais para a superação do popular-devocional e para a instalação do institucional-sacramental. Contudo, em virtude da amplitude dos conteúdos de seu texto e das temáticas tangenciadas, abre flancos para inúmeras discussões e para que se pergunte pelas razões de privilegiar alguns aspectos enquanto deixa outros de lado. Sua tese é a de que o catolicismo acompanha a história do Brasil desde os primórdios, o que é inquestionável, mas deixa de verificar que o que considera “sincretismo” é aspecto fundamental para a compreensão do



catolicismo no Brasil desde o seu princípio. Os fundamentos cristãos-novos de nosso catolicismo não podem ser esquecidos. Por isso, a leitura corretamente feita de que a educação foi fundamental para a implantação das dioceses e para a romanização não se coaduna com a leitura de que a romanização tenha sido reconquista do que antes havia. Diga-se, porém, que é leitura que enriquece a discussão.

Com os textos de Azzi e de Manoel, os editores prepararam importante arena para discussão. Com o primeiro dos três textos de Rogério Luiz de Souza, o livro vai do geral para o particular, o que é sua intenção. Souza tem o grande mérito de, desde a primeira linha, levar o leitor a entender o projeto da instalação da diocese de Florianópolis num contexto de luta por poder, mas de um poder entendido como projeto civilizador. Assim, acompanhando Azzi, vê o surgimento e o desenvolvimento da diocese num contexto de luta por superação do catolicismo popular, entendendo-se os fundadores da diocese e seus colaboradores no contexto de um projeto civilizador e moderno, mesmo que o antimodernismo propalado pelo *Syllabus* sempre esteja presente. Fartamente documentada, sua exposição é exemplar e evidencia as contradições ou coerências: a mesma Igreja que civiliza silencia diante do genocídio indígena e caboclo, neste último caso diga-se: Contestado; ou nacionaliza, assumindo o discurso da ditadura varguista.

Élio Cantalício Serpa exemplifica a romanização do catolicismo em Santa Catarina na implantação de “nova sensibilidade religiosa, burocratizada de alto a baixo”. Instruções emanadas de Roma criaram Igreja hierárquica até as últimas consequências, excluindo dela o popular.

Clarícia Otto traz-nos, em texto primoroso, contribuição significativa para a história da educação no Brasil ao apresentar-nos a participação de franciscanos na educação formal em Santa Catarina. Essa contribuição é significativa, pois dá destaque justamente ao franciscanismo. Normalmente são os jesuítas que aparecem na história da educação. Em Santa Catarina esse papel é desempenhado pelos franciscanos. São eles que aí vão atuar com o professor paroquial, criar seminário para a formação de professores, associação de professores, produzir material didático, enfrentar a nacionalização do ensino, promover a romanização, discutir com o fascismo italiano.

Se até esta última contribuição sobressaem romanização e educação como temáticas de estudo, a partir da contribuição de Paulo Pinheiro Machado, mesmo permanecendo o pano de fundo da romanização, outros



aspectos começam a aflorar para nos mostrar faces do catolicismo catarinense. Pinheiro Machado mostra como freis franciscanos empenhados na romanização, atuando na região do Contestado, enfrentam-se com a religião cabocla, legítima expressão do catolicismo popular e com a política dos coronéis da região. O autor nos dá importante contribuição ao acentuar a importância de uma leitura diferenciada dos discursos e dos posicionamentos dos frades.

Como importante complemento às leituras de Pinheiro Machado, Sara Nunes preocupa-se com as sensibilidades religiosas, apoiando-se no “caso Canozzi”, ocorrido na serra catarinense, em 1902. A partir do assassinato do caixeiro-viajante Ernesto Canozzi e de seu empregado, mortos na estrada que ligava Lages a Porto Alegre, posteriormente cultuados pela população serrana como milagreiros, a autora descortina todo o universo religioso da região, destacando a religião leiga que, no início do século XX, entra em choque com a religião romanizada, embate do qual ainda participam maçonaria e espiritismo.

A temática do popular e de seu choque com o romanizado continua a estar presente na exposição de Michele Maria Stakonski, exemplificada na Irmandade do Rosário, em Florianópolis. Aqui ficam evidenciadas as tensões que marcaram a transição do catolicismo tradicional e popular para o catolicismo romanizado, submetendo, afinal, as irmandades, símbolo do catolicismo tradicional, ao poder clerical.

A Era Vargas vai ser tangenciada com a segunda contribuição de Rogério Luiz de Souza ao evidenciar que, na pessoa do arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, o Estado varguista teve importante aliado. Ao aliar-se a Vargas, o arcebispo não só consolidou suas posições hierárquicas, mas também deu espaço para a concretização da intolerância, do enquadramento, do controle e perseguição da ditadura dos anos trinta e quarenta do século XX, apoiando plenamente a opressão aos grupos étnicos presentes em Santa Catarina. Já a terceira contribuição do mesmo autor dá atenção aos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, quando a Igreja Católica do estado catarinense, no concerto do catolicismo brasileiro, vai dar especial atenção ao mundo rural, buscando imprimir ética social capaz de interferir na relação capital/trabalho, cidade/campo. O estudo aponta também para as contradições desses esforços que preparam o posterior advento da Teologia da Libertação.

Alceu Kaspary verifica o golpe de 1964 e o envolvimento da arquidiocese de Florianópolis, dando destaque a seu discurso contra o



governo João Goulart, a sua efetiva participação na concretização do golpe e a seu discurso legitimador pós-golpe.

A efervescência dos anos pós-1964 está presente nas contribuições que seguem. Altamiro Antônio Kretzer confronta-nos com a formação para o sacerdócio em Santa Catarina, exemplificando-a nas marcas deixadas pela formação proporcionada no Seminário do Azambuja, em Brusque, em diferentes gerações de seminaristas, dando-lhes voz. Camilo Buss Araújo verifica o engajamento social católico no período sob a perspectiva das relações de Igreja e trabalhadores em Florianópolis, cuidando de oferecer ao leitor panorama das alterações que vai sofrendo essa atuação social. No desdobramento das novas posturas que a efervescência vai exigindo, José Adilçom Campigoto apresenta-nos a atuação da Comissão Pastoral da Terra, e Caroline Jaques Cubas verifica as transformações pelas quais passou e passa a vida religiosa feminina, especialmente em solo catarinense, no exemplo das experiências de formação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Clarice Bianchezzi ilustra, ao nos apresentar a Comunidade de Religiosas da Fraternidade Esperança, os conflitos surgidos no interior de muitas congregações religiosas quando, sob a influência do Vaticano II e das resoluções da Conferência Episcopal de Medellín (1968), grupos de religiosas começam a fundar comunidades inseridas nos meios populares.

O volume conclui com contribuição de Rangel de Oliveira Medeiros que prepara, em nossa leitura, com sua introdução aos novos campos de disputa que se manifestam para a Igreja Católica na busca por fatias do mercado religioso da pós-modernidade, novas pesquisas. Partindo da trajetória de suas avós, Medeiros introduz ao estudo da Renovação Carismática Católica e ao Movimento Pentecostal. Pena é que ainda não intente, para usar a terminologia de Paul Freston, uma leitura da terceira onda pentecostal e sua influência no catolicismo catarinense, mas isso é história dos tempos presentes.

Resumindo: Souza e Otto prepararam belo volume que merece ser lido, estudado, debatido e... continuado.

Endereço do Recensor:

Escola Superior de Teologia (EST)

Rua Amadeo Rossi 467

93030-220 São Leopoldo, RS



BOFF, Leonardo. *Virtudes para outro mundo possível: Comer e Beber Juntos e Viver em Paz*. Vol. III: Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Éderson Iarochovski*

A obra a ser apresentada faz parte da série, constituída por 3 volumes, sobre *As virtudes para um outro mundo possível*. Vamos direcionar nossa atenção e esforço em apresentar, de forma breve, o conteúdo essencial do Volume III: *Virtudes para outro mundo possível: Comer e Beber Juntos e Viver em Paz*.

Para que a humanidade se mantenha, através de seu esforço e corroboração mútua, unida e em paz, se faz necessário virtudes mínimas que lhes são indispensáveis e, dentre todas as possíveis, destacam-se com maior relevância a Hospitalidade, a convivência e, por fim, a *comensalidade*, sendo esta última, a capacidade de sentar-se a mesma mesa e, em profunda união, comer e beber juntos e viver em paz.

O comer e o beber juntos – a comensalidade – destaca o autor, são atividades primordiais da humanidade. E não pára apenas no alimento enquanto nutrição do organismo, mas estes estão carregados de significações. É pelos ritos que a comensalidade proporciona que revelamos nossa humanidade e o grau de civilização que conseguimos alcançar.

O autor divide sua obra em dois capítulos, sendo que no primeiro sua reflexão é feita a partir da realidade da comensalidade, isto é, a capacidade da humanidade de poder superar seus problemas éticos e políticos e, assim, de forma solidária e responsável todos poderão viver dignamente e experienciar de forma concreta o reino de Deus. No segundo capítulo, a reflexão se dá em visualizar uma cultura de paz num mundo de conflito. Há um destaque nos tipos de violência que nos cercam. L. Boff finaliza, de forma bem clara, apresentando caminhos que conduzam alcançar uma verdadeira cultura da paz.

No *capítulo I*, L. Boff, sugere a comensalidade como um grande sonho já apresentado pelos grandes mestres espirituais da humanidade. E este sonho é uma antecipação da realidade que um dia pode nascer, isto é, sentar-se à mesa, comer e beber juntos e viver em paz. O autor

* O recensor é estudante de Teologia do ITESC, Diocese de Caçador.



faz constantes referências a importância da mesa como referência fundamental da humanidade. “... à mesa se fazem e se refazem continuamente as relações familiares” (p. 9). É à mesa que todos nos sentimos, de certa forma, membros da família humana. No entanto, o autor lembra que a mesa é humana, e sendo humana ela comporta todas as contradições que a humanidade comporta. Nos dias atuais as mesas foram substituídas por outras mesas (dessacralizadas), isto é, mesa de negócios, estas “novas mesas” não deixam de ter seu valor, pois também promovem encontros mas, se faz urgente “resgatar o sentido humano da mesa como familiaridade e convivialidade. Há necessidade de reservar tempo para o sentido plena da comensalidade e da conversação livre e desinteressada”. (p. 11)

L. Boff afirma que a comensalidade é tão central que está ligada à própria essência do ser humano enquanto humano (p. 15). Com isso se quer ressaltar que a comensalidade supõe a solidariedade e a cooperação de uns para com os outros e, foi isto que permitiu o primeiro salto da animalidade em direção à humanidade. Eis um passo decisivo no desenvolvimento da espécie humana.

Apesar de a comensalidade proporcionar um espaço de refeição e comunhão, e ela mesma ser intrínseca ao ser humano, a distribuição dos alimentos foi quase sempre desigual. Com isso o flagelo da fome assola a humanidade nos tempos atuais e este acontecimento não é apenas técnico, pois há produção de alimentos, no entanto é uma perversa falta de sensibilidade ética dos seres humanos para com seus co-iguais (p. 26). Ao aprofundar a questão da fome, se percebe que ela resulta de uma filosofia subjacente a todo processo produtivo humano. O alimento se transformou em ocasião de lucro e o processo agroalimentar num negócio rentoso. Produz-se mais visando o lucro do que criar meios de vida acessíveis ao maior número possível de pessoas (p. 29).

Para superação há saídas possíveis e uma delas é a agricultura orgânica (p. 32). Esta possibilidade é caracterizada pela não utilização de ingredientes químicos e que privilegia os defensivos orgânicos devolvendo, assim, à produção de alimentos seu rosto humano e superando a perspectiva da linha industrial que visa apenas o lucro. O autor também faz breve reflexão referente aos Transgênicos que se não for devidamente chamado atenção por parte da ciência haverá grandes riscos de contaminação e total prejuízo à saúde humana (p. 37)

Além do problema da fome e da segurança alimentar, é apresentada de forma clara pelo autor, a questão da água. Ninguém pode viver sem



água. O futuro da vida dependerá da forma como tratamos a água (p. 42). Segundos as pesquisas apresentadas na obra (cf.p. 42) não há problema de escassez de água, mas de má gestão para atender as demandas humanas e dos demais seres vivos. Há necessidade de superar a visão mercantilista sobre a água e, também, deve-se reagir a sua privatização, pois ela é um bem comum universal, patrimônio da biosfera e vital para todas as formas de vida (p. 47).

No que se refere ao consumo há necessidade de que seja solidário e responsável. É preciso que o consumo seja humano e com isso, se quer dizer, que seja adequado à natureza do humano. Precisa consumir para viver, porém não apenas o alimento material, mas também, aquilo que lhe confere vida ao Espírito. O consumo, também, precisa ser justo e equitativo. Direito fundamental de cada pessoa humana (p. 55). O consumo deve ser solidário. Superar o individualismo e abraçar a sobriedade por amor e compaixão para com aqueles que não podem consumir o necessário.

E finalizando o primeiro capítulo Leonardo Boff, apresenta a comensalidade de Jesus e no Reino de Deus. A prática utópica da comensalidade de Jesus torna-se exemplo para nós (p. 61). Ele sentava à mesa com todos. Não excluía ninguém e, de forma radical, dizia que o principal lugar é dos últimos. Ao falar do Reino, Jesus o apresenta como um banquete para o qual todos, indistintamente, eram convidados. A comensalidade era totalmente aberta e todos eram incentivados a participarem. Comida abundante, igualdade, dignidade constituíam a essência do banquete idealizado por Cristo (p. 62).

No *capítulo II*, que tem por tema central cultura da paz num mundo em conflito, o autor, inicialmente, faz uma breve citação da carta da terra, onde assim se reza: “a paz é a plenitude que resulta das relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a terra e com o grande Todo do qual somos parte” (p. 73). Apresenta-se a paz não como algo que nasce por si mesmo, mas que resulta de valores, comportamentos e relações que devem existir previamente. Há necessidade urgente de fazer uma opção radical pela paz. Há necessidade urgente de se distanciar das relações que castigam, oprimem e maltratam outros seres humanos. A paz deve ser o bem mais desejado.

O autor coloca um diálogo interessante entre Einstein e Freud que aconteceu, através de carta, no ano de 1932. Einstein questiona-o: há um modo de libertar os seres humanos da fatalidade da guerra? Existe



a possibilidade de dirigir a evolução psíquica a ponto de tornar os seres humanos mais capazes de resistir à psicose do ódio e da destruição?. Então, Freud assim responde: “não existe a esperança de poder suprimir de modo direto a agressividade do ser humano. Contudo, podem-se percorrer vias indiretas, reforçando o Eros, princípio da vida, contra o Tânetos, princípio da morte. Tudo o que faz surgir laços emotivos entre os seres humanos age contra a guerra. Tudo o que civiliza o ser humano trabalha contra a guerra” (p. 75-76). Portanto, a paz é realidade a ser buscada e que jamais se pode desistir de querer viver em paz permanente.

Há necessidade de superação dos empecilhos que dificultam a paz. Às vezes, na busca pela paz, se peca pelo excesso de otimismo, ora pelo excesso de pessimismo. L. Boff conceitua duas realidades que não atendem à complexidade da realidade na qual se deve construir a paz; *o pacifismo sem limites e o conflitualismo radical*.

A partir do *pacifismo sem limites* surge uma atitude radicalmente pacifista. Há grupos e pessoas que preferem deixar-se matar a agredir e mesmo defender-se. Segundo Boff, este comportamento é pouco realista, pois sozinho não consegue triunfar a paz. Também, há o *pacifismo ativo* que possui mais realismo. É chamado de não-violência ativa. Não usa armas e nem recursos de guerra para chegar a paz. E existe o *pacifismo revolucionário*, aceita as bases do pacifismo. Busca atacar as conexões ocultas que promovem todo tipo de violência (p. 82).

A *conflitualidade extremada* vê a realidade como uma arena onde se travam conflitos. A convivência humana é sempre possível, porém não esta imune a ameaças e rupturas. As realidades do colonialismo europeu na África, na América Latina e na Ásia; a segunda guerra mundial; os atentados terroristas do dia 11 de setembro onde se promoveu o medo, a insegurança e, também, a partir deste acontecimento toda violência praticada é justificada pela busca da paz.

Há necessidade de um realismo responsável. A realidade é ambígua. Há conflitos, porém perpassa os dinamismos de ordem, de harmonização e de paz. A arte não consiste em dar primazia ora ao pacifismo ilimitado, ora à conflitualidade extremada (p. 87). Consiste em manter a tensão buscando aquela convergência de energias que permita a história criar ordens, instituições minimamente justas e incluídas, ordenações sociais sem demasiada destrutividade. Sabendo que a conflitualidade sempre acompanha tudo como uma sombra.



A paz passa por caminhos impossíveis. Um deles é a violência dentro de cada pessoa. Toda violência que carrega e despejo no mundo é uma forma de contribuir para realidades violentas em extremo. Outro caminho violento é a realidade do patriarcalismo. O homem que usa sua força para ganhar a realidade e ter o poder em suas mãos. E com isso nasce todo tipo de violência (exploração sexual, violência contra mulher e outros). L. Boff apresenta outras formas de violência que coexistem com a humanidade: a violência cultural: a vontade de poder-dominação; a violência da economia capitalista de mercado; a violência originária do cosmos (p. 98-106).

No que se refere ao caminho para uma paz possível o autor destaca algumas vias que podem garantir um acesso com maior segurança à busca permanente da paz. A primeira via é de acolher com seriedade, a polaridade *sapiens / demens, amor / ódio, sim-bólico / dia-bólico*. E a outra é de reforçar o pólo luminoso de tais contradições, que elas possam manter-se sob controle, limitar e integrar o pólo tenebroso, e daí fazer surgir a paz tão ansiada (p. 110).

L. Boff afirma, que a estratégia eficaz para construir a paz é o caminho preparado pelo “primeiro depois do Único” e talvez “o último cristão”, Francisco de Assis (+1228). Na *oração de São Francisco pela Paz*, oração não feita por Francisco, mas sim por um anônimo da Normandia durante a primeira Guerra Mundial (1914-1918), serviu e é, ainda hoje, inspiração de paz e benquerença entre os seres humanos e os povos. O interessante da oração é que ela não perde de vista as contradições do mundo, mas se propõe a superá-los. O pólo negativo não é negado nem recalçado. É assumido, mas submetido à lógica do pólo positivo. Outra estratégia evidenciada pelo autor é a *ética do cuidado e da justiça universal*. Aqui se afirma que todos necessitamos de ser cuidados, acolhidos, valorizados e amados e desejamos cuidar, acolher, valorizar e amar (p. 115). O homem além de ser portador da capacidade intelectual, é portador da capacidade de sentir, de afetar e ser afetado. Vem ainda dotado de razão emocional e espiritual. Ele é, portanto, um ser para com os outros e para os outros no mundo. O cuidado é o condicionador antecipado de todas as ações para que sejam benéficas e orientadas na construção da convivência pacífica entre os humanos e os povos. O autor destaca, nas obras de Emmanuel Kant, um projeto ético-político que o mesmo sugere. Kant propõe a “republica mundial”, ou o “estado dos povos” fundada na “cidadania mundial” e que esta tem por primeira característica a “hospitalidade geral” (p. 120).



O autor finaliza falando sobre a paz de Deus. Na perspectiva da espiritualidade, que é a dimensão humana que responde pelas grandes e derradeiras questões que sempre nos acompanham, o homem pode sentir, muito mais que saber, os sonhos que seu coração suscita. Espiritualidade não é apenas saber, mas principalmente poder sentir tais dimensões do humano radical (p. 125). O efeito é uma profunda e suave paz. Paz que, como Jesus dizia, “o mundo não pode dar” (Jo 14,27). É a paz de Deus.

Ao finalizar este trabalho é possível ter bem claro a realidade contraditória em que a humanidade vive. Sendo que muitos padecem e outros, pelo caminho injusto da exploração, ganham mais força. Porém, nesta mesma humanidade, através da luminosidade daqueles que praticam o bem e a justiça, é possível sonhar com um outro mundo possível de se viver. Comer e beber e viver juntos não é apenas utopia, mas uma realidade a ser buscada de forma permanente. Quantos já provaram ser possível sentar-se à mesa com o diferente e conviver de forma pacífica respeitando o que o outro apresenta, e com todo respeito, disponibilizar ao outro o que se tem de melhor para que, no diálogo, a vida prevaleça. Que o desejo permanente pela paz nos faça caminhar pelas vias do bem e da justiça e que não desanimemos diante dos contrários do cotidiano mas sim, saibamos equilibrar as tensões para viver dignamente como humanos a realidade a qual pertencemos e que, ela mesma, tanto precisa da bondade e generosidade de nossas ações e capacidade que temos de promover o bem.

Endereço do Recensor:

Seminário Teológico da Diocese de Caçador
Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524
Pantanal
88040-001 Florianópolis, SC